**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ
CURSO DE DIREITO**

**ANA PAULA PEREIRA DE SOUZA
THAMIRIS SANT'ANNA MARTINS**

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A (DES)PROTEÇÃO JURÍDICA DOS
INDIVÍDUOS À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Rio de Janeiro

2024.1

ANA PAULA PEREIRA DE SOUZA
THAMIRIS SANT'ANNA MARTINS

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A (DES)PROTEÇÃO JURÍDICA DOS
INDIVÍDUOS À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para a Disciplina de TCC II, sob a orientação da
Professora Mestre Leilane Lima de Paula.

Rio de Janeiro

2024.1

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho especialmente ao pequeno Gael Pereira Araújo que foi inspiração para a realização da pesquisa, a todas as pessoas que vivem esse mundo extraordinário do espectro autista e a todos que de alguma maneira foram suporte para nós nesses 5 anos de caminhada para a conclusão de um sonho.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, depositamos nossa gratidão em Deus, pois nos permitiu ter saúde e força para seguir nessa caminhada, sem desistir, mesmo com todas as dificuldades da vida adulta, tendo que equilibrar vida profissional e tarefas da faculdade. Agradecemos especialmente todo o apoio dado por nossos familiares e amigos, que sempre nos incentivaram a alcançar nossos sonhos. Não poderíamos deixar de agradecer à nossa orientadora, que foi sempre solícita e atenciosa conosco, sempre nos apoiando e orientando da melhor forma possível, tornando nossa jornada mais fácil e descomplicada.

RESUMO

O trabalho versa sobre o Direito das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), um transtorno global do neurodesenvolvimento. Condição genética que acomete um indivíduo, interferindo diretamente em sua comunicação, comportamento e principalmente na interação social destes para com outros. Discorre-se sobre os entraves que este grupo social enfrenta ao tentar efetivar seus direitos e acessá-los na esfera pública, bem como no particular. Trataremos especificamente a respeito dos direitos básicos de saúde e educação, demonstrando os obstáculos que comumente os portadores deste transtorno encontram na busca de uma sociedade igualitária e que atenda de forma ampla suas necessidades peculiares para que possam participar da sociedade em “pé de igualdade” com as pessoas neurotípicas. Por conta de sua condição genética, estes atores necessitam de intervenções médicas e terapêuticas desde a primeira infância para melhor desenvolvimento de suas habilidades cognitivas. Ainda que o autismo seja uma circunstância especial e complexa, a evolução de políticas públicas para reforçar seus Direitos, tem sido cada vez mais comum, porém, infelizmente nem sempre eficazes. Os estudos têm se revolucionado cada vez mais, em busca de maneiras mais rápidas de diagnósticos, para que a condição seja reconhecida de forma prematura e suas intervenções possam surtir melhores efeitos a longo prazo. As leis no Brasil estão em constante evolução na busca de proteger os direitos das pessoas com TEA. Em 2008, após a ratificação pelo Brasil da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, foi iniciado um movimento dentro da jurisdição brasileira para que o Estado se adequasse às diretrizes impostas pelo Tratado, com a criação de leis como a Lei 12.764/2012 (Berenice Piana) e a Lei 13.977/2020 (Romeo Mion), onde ambas buscam como propósito principal proteger os direitos e produzir meios para que ocorra a introdução dessas pessoas na sociedade. Todavia, mesmo com todas as proteções legais, ainda existem muitos desafios para que esses direitos sejam aproveitados na prática. É comum que essas pessoas e sua rede de apoio precisem se dedicar para ultrapassar barreiras para ter acesso a procedimentos necessários e educação inclusiva, e isso ocorre em razão da falta de recursos, falta de priorização na atenção aos autistas e carência de profissionais especializados. Esses entraves acarretam a sobrecarga do judiciário, pois acaba se tornando a única via que as pessoas com TEA encontram para que se faça efetivo o acesso aos seus direitos básicos. A jurisprudência tem se firmado favorável na maioria dos casos, admitindo a necessidade de urgência dos tratamentos e determinando punições para aqueles que insistem em negar os direitos das pessoas com autismo.

Palavras-chave: Direitos fundamentais, Transtorno do espectro autista (TEA), Atendimento especializado, Inclusão social, Conscientização do autismo.

ABSTRACT

The work deals with the Law concerning people with Autism Spectrum Disorder (ASD), a global neurodevelopmental disorder. It's a genetic condition that affects an individual, directly interfering with their communication, behavior, and mainly their social interaction with others. It discusses the obstacles this social group faces in trying to enforce their rights and access them both in the public sphere and privately. Specifically, it addresses the basic rights to health and education, demonstrating the obstacles commonly encountered by individuals with this disorder in the pursuit of an egalitarian society that broadly meets their peculiar needs so they can participate in society "on an equal footing" with neurotypical individuals. Due to their genetic condition, these individuals require medical and therapeutic interventions from early childhood for the better development of their cognitive abilities. Although autism is a special and complex circumstance, the evolution of public policies to reinforce their rights has become increasingly common, although unfortunately not always effective. Studies have been increasingly revolutionary in search of faster diagnostic methods so that the condition can be recognized early and interventions can have better long-term effects. Laws in Brazil are constantly evolving in seeking to protect the rights of people with ASD. In 2008, after Brazil ratified the International Convention on the Rights of Persons with Disabilities, a movement began within Brazilian jurisdiction for the state to comply with the guidelines imposed by the Treaty, with the creation of laws such as Law 12.764/2012 (Berenice Piana) and Law 13.977/2020 (Romeo Mion), both of which aim primarily to protect rights and create means for the integration of these individuals into society. However, even with all legal protections, there are still many challenges for these rights to be realized in practice. It is common for these individuals and their support networks to need to dedicate themselves to overcoming barriers to access necessary procedures and inclusive education, due to lack of resources, lack of prioritization in attention to autistics, and a shortage of specialized professionals. These obstacles result in judicial overload, as it ends up being the only avenue that people with ASD find to effectively access their basic rights. Jurisprudence has largely sided favorably, acknowledging the urgency of treatments in most cases and imposing penalties for those who insist on denying the rights of people with autism.

Keywords: Fundamental rights, Autism spectrum disorder (ASD), Specialized servisse, social inclusion, Autism awareness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	9
1.1 PREVISÃO LEGAL	11
2 DIREITOS FUNDAMENTAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO	13
3 A (DES)PROTEÇÃO JURÍDICA DOS INDIVÍDUOS	15
4 JURISPRUDÊNCIA	18
CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema sensível, e tratar sobre a vulnerabilidade jurídica e social dos indivíduos com esta condição é de extrema relevância e merece um olhar especial e mais humanizado, sendo necessário a busca da conscientização da população para uma sociedade mais inclusiva, acolhedora e equitativa.

O olhar preconceituoso da população que cria uma exclusão dos indivíduos com TEA, infelizmente ainda é comum e temos alguns exemplos concretos que comprovam este cenário, como o caso que ocorreu em São Paulo. Segundo uma matéria do jornal O Globo: “Um adolescente, de 12 anos, com autismo foi vítima de bullying em uma escola estadual em Santos, no litoral de São Paulo. Ele foi rabiscado nos braços, testa e nuca com frases homofóbicas e preconceituosas como 'gay', 'autista retardado’”.¹

Casos como esses não são incomuns e retratam o desconhecimento e intolerância das pessoas que não conseguem compreender e conviver com as diferenças da diversidade humana. Por esta razão, é necessário abordar-se cada vez mais o assunto em busca de uma população mais compreensiva sobre o tema, a fim de acabar com os estigmas negativos enraizados na sociedade de modo que todos entendam melhor as dificuldades e os desafios que essas pessoas enfrentam.

A discussão do tema gera estudos de implementação de espaços mais inclusivos em escolas, locais de trabalho e espaços públicos. Não se trata apenas de uma questão médica, e sim, principalmente de Direito social, inclusão e igualdade, uma vez que, a conscientização da população, além de promover o acesso aos direitos constitucionais das pessoas autistas, caminha para uma sociedade mais justa, inclusiva, com cidadãos conscientes, de visão humana e que respeita as diversidades.

Por muitos anos os autistas foram tratados como pessoas sem qualquer independência ou capacidade para exercer os atos da vida civil, tinha-se uma leitura estritamente médica e biológica, no qual qualquer diagnóstico de autismo independente do seu grau e de avaliação individual, presumiam-se como pessoa absolutamente incapaz. Eram esquecidos pela sociedade e internados em clínicas psiquiátricas, ao invés de serem tratados e receberem suporte individualmente de acordo com suas diferenças próprias. Por conta de sua variabilidade genética que irá ser abordada a seguir, os autistas não são iguais entre si, são dotados de

---

¹ G1: **Menino com autismo sofre bullying e é rabiscado nos braços, testa e nuca em escola no litoral de SP.** São Paulo, 23 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/sp/santos-regiao/educacao/noticia/2024/03/23/menino-com-autismo-sofre-bullying-e-e-rabiscado-com-palavras-preconceituosas-em-escola-no-litoral-de-sp.ghtml>. Acesso em: 03 mai. 2024.

peculiaridades totalmente particulares, e essa diferença se dá, pois na maioria dos casos, o autismo está associado a outra condição de saúde. Estima-se que cerca de 70% das pessoas com autismo têm outras comorbidades de saúde associadas, ocorrendo em muitos indivíduos autistas a conjuntura de mais de uma comorbidade ao mesmo tempo.²

Com a evolução das discussões sobre os Direitos Humanos e a dignidade da pessoa humana, muito influenciadas também pelo trágico acontecimento histórico do holocausto alemão, a sociedade tem entendido que todos os cidadãos devem ser respeitados e atendidos pelos seus representantes de Estado de acordo com suas necessidades e devidos suportes, pois mesmo as pessoas com deficiência são dotadas de direitos e deveres, e não só podem, mas como devem participar amplamente da vida política e social.

É necessário entender, como os direitos têm sido alcançados pelas pessoas autistas, como se dá sua participação como cidadão de plenos direitos e como o suporte dos representantes políticos são cruciais para a evolução social que caminha em passos lentos a sociedade brasileira, que ainda está longe de atender todas as diretrizes que se comprometeu internacionalmente no Tratado que versa sobre o Direito das pessoas com deficiência.

1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O TEA (Transtorno do Espectro Autista) é uma condição genética que afeta diretamente o neurodesenvolvimento de um indivíduo, acarretando prejuízos consideráveis no que tange a comunicação, comportamento e principalmente interação social deste para com a sociedade.

Dentro do espectro autista, observa-se variações de níveis de suporte, que são um meio de identificar a gravidade dos sintomas autísticos, sendo: nível 1- leve; nível 2- moderado; e nível 3- severo, no entanto, qualquer que seja o nível dentro do espectro, é necessário intervenções médicas e terapêuticas desde a primeira infância para que os sintomas venham gradativamente diminuindo, de maneira que, não comprometam tanto os relacionamentos interpessoais e a vida desse indivíduo como um todo.

Diferente de outras condições de saúde, como por exemplo, a trissomia do cromossomo 21 ou como popularmente conhecemos, a "Síndrome de Down", a qual conseguimos identificar sua existência ainda no material genético do feto, ou até mesmo ao nascimento do bebê por características físicas próprias desta condição. O indivíduo dentro do espectro autista não consegue ser identificado por análises clínicas do material genético, nem mesmo por

---

² BOUGEARD C. et al. **Prevalence of Autism Spectrum Disorder and Co-morbidities in Children and Adolescents: A Systematic Literature Review.** Front Psychiatry. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34777048/>. Acesso em: 06 mai. 2024.

características físicas, pois, elas não existem. Trata-se de uma múltipla variação genética, que não tem padronização que possa ser facilmente identificada, portanto, a principal maneira de diagnosticar uma pessoa dentro do espectro autista é através de diversos métodos de análise de comportamento. E é, pelo avanço da ciência, que atualmente se torna comum o diagnóstico precoce do autismo.

Há alguns anos o diagnóstico precoce do autismo só era possível nos indivíduos grau 3, nível mais severo do autismo, visto que, as perdas desse indivíduo em seu desenvolvimento são demasiadamente substanciais, podendo ser mais facilmente identificadas.

Segundo os escritores Ana Beatriz Barbosa da Silva, Mayra Bonifácio Gaiato e Leandro Thadeu Reveles “O autismo é um transtorno global do desenvolvimento infantil que se manifesta antes dos 3 anos de idade e se prolonga por toda a vida.”³

Atualmente, existem muitos comentários acerca da “descoberta” do autismo e como esta parece ser recente, entretanto, embora no presente seja mais comum vermos pessoas diagnosticadas dentro do espectro autista, isso se dá pelo avanço da ciência e dos estudos de diagnósticos, que naturalmente, se aprimoram com o tempo, facilitando o reconhecimento das pessoas dentro dessa condição.

Existem relatos do autismo desde a década de quarenta, segundo descrito pelos autores em seu livro *Mundo Singular*:

Devemos considerar que as primeiras descrições mais fidedignas do autismo surgiram na década de 40, portanto, trata-se de um diagnóstico recente. Obviamente, o problema já existia antes disso, mas, em se tratando de ciência, é um tempo bastante curto. Por isso, ainda estamos em fase embrionária nas descobertas das causas e da cura do problema, embora muitos avanços tenham sido conquistados em termos de entendimento e tratamento eficaz.⁴

O autismo é uma condição complexa e varia muito de pessoa para pessoa, sendo importante entender e respeitar as necessidades individuais de cada pessoa portadora do espectro autista.

Passadas algumas considerações do que se trata o TEA, precisa-se então, neste contexto abordar à previsão legal, que juridicamente é relevante para o avanço do presente estudo e que se falará a seguir.

---

³ SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular: entenda o autismo**. [S. L.]: Fontanar, 2012. 6 p. Acesso em: 03 mar. 2024.

⁴ SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular: entenda o autismo**. [S. L.]: Fontanar, 2012. 6 p. Acesso em: 03 mar. 2024.

1.1 PREVISÃO LEGAL

Em 2008 o Governo Brasileiro assumiu um compromisso perante o cenário internacional após ratificação e aprovação no Congresso Nacional do Decreto Legislativo 186 que trata da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, e por força do Art. 5º, § 3º da CFRB/88 foi internalizada no ordenamento jurídico nacional com status de Emenda Constitucional, promulgado através do Decreto nº 6.949/2009.

A convenção foi um importante marco para ressaltar a relevância da proteção aos direitos fundamentais e dignidade dos indivíduos com deficiência na esfera internacional, e a partir dela as discussões sobre implementações de políticas públicas voltadas para esta finalidade recebeu forças acerca da polícia interna no Brasil.

Muito se discutiu sobre a classificação da pessoa autista como deficiente, pois, assim como o nome já deixa claro, trata-se de um transtorno do neurodesenvolvimento, não abrangendo a especificidade de deficiência ou doença. Entretanto, é bem verdade que esses indivíduos em sua maioria são acometidos também por comorbidades e deficiências intelectuais, o que agrava suas dificuldades de interação e convivência social.

Por este motivo entendeu-se que, mesmo que a sociedade médica não tenha uma definição clara a respeito dessa discussão, não resta dúvida que se trata de pessoas vulneráveis socialmente e que precisam de proteções específicas que asseverem suas condições e lhes deem oportunidade de viver dignamente em sociedade.

A Convenção mencionada reafirmou a equidade entre os seres humanos, conferindo a todos, direito à dignidade humana e a participação plena em sociedade, devendo o Estado Nação garantir que esses indivíduos não sejam discriminados e marginalizados.

Algumas legislações infraconstitucionais foram redigidas por influência do forte movimento ativista do direito das pessoas com o transtorno do autismo que são substanciais na proteção aos direitos fundamentais e para sua integração no seio social.

Em 2012 foi promulgada Lei específica nº 12.764 que deu maior visibilidade à causa das pessoas dentro do espectro autista e deu enfoque a questões primordiais que eram menosprezadas e ignoradas pela sociedade. A lei recebeu carinhosamente o nome de Berenice Piana, uma mãe de criança atípica que estudou por anos formas de implementar políticas públicas que atendessem as pessoas autistas. O Art. 1º desta lei dispõe sobre “a Política

Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.”⁵

A Lei supracitada expõe o intuito e importância da norma para a proteção desses indivíduos e cria o caminho para a inclusão social, a fim de salvaguardar os direitos das pessoas no espectro autista, incorporando medidas para garantir a educação, saúde, trabalho e acesso à informação, que por vezes, não poucas, são negadas ou ignoradas.

Apesar da edição de lei específica, de forma equiparada, também se beneficiam do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de 2015, que dispõe em seu artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.⁶

Para fins legais, o autismo é tido como uma deficiência, portanto, incluem-se nas medidas de inclusão social, acessibilidade e igualdade de oportunidades abarcadas por esta norma. Ela reconhece as necessidades e desafios específicos enfrentados pelas pessoas inseridas nessa margem social e procura garantir seus direitos e proteções adequadas.

Outra lei bastante conhecida e que trouxe enorme visibilidade ao tema é a Lei Romeo Mion, 13.977 de 2020, que criou a Carteira de Identificação.

Art.3 - A. É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.⁷

Com ela objetiva-se proporcionar não só benefícios, mas direitos que facilitem o dia a dia das pessoas com o transtorno do espectro autista, como por exemplo o atendimento prioritário em serviços públicos e privados e, também, garantias de proteções emergências.

No geral, todas estas leis visam garantir os direitos e a inclusão dessas pessoas na sociedade, promovendo a garantia da proteção à sua dignidade e qualidade de vida.

---

⁵ BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Presidência da República Casa Civil**: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. Acesso em: 28 mar. 2024

⁶ BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República- Secretaria-Geral**: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. Acesso em: 28 mar. 2024

⁷ BRASIL. Lei nº 13.977, de 08 de janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), e dá outras providências. **Presidência da República Secretaria-Geral**: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. Acesso em: 28 mar. 2024

2 DIREITOS FUNDAMENTAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988 prevê a garantia de inúmeros direitos básicos, ditos como fundamentais para todos os cidadãos, não empregando distinção de qualquer natureza entre seu povo. Dentre esses pode-se citar os direitos basilares e indispensáveis, como o direito à vida, o direito à saúde e o direito à educação. O artigo 5º da Constituição estipula:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.⁸

Sendo assim, para que esses direitos possam ser garantidos ao cidadão e serem efetivos dentro da sociedade, é necessário entender que não é suficiente o tratamento igualitário a todos, mas sim, compreender que existem pessoas que necessitarão de maiores recursos para se equipararem aqueles que não tem nenhum tipo de deficiência que os impeçam de construir uma vida digna.

É necessário que o Estado garanta o acesso amplo a todos os direitos básicos, bem como à saúde e educação, o que inclui criar estratégias práticas e eficazes para que os indivíduos dentro do espectro autista possam ter acesso aos tratamentos e terapias adequados que atendam especificamente às necessidades médicas peculiares individuais, promovendo assim uma melhor qualidade de vida e inclusão social.

O acesso ao diagnóstico e tratamento é necessário para garantir que as pessoas com autismo tenham alcance a profissionais de saúde treinados para o diagnóstico precoce e tratamento especializado, incluindo terapias comportamentais e intervenções médicas necessárias.

O atendimento multidisciplinar, que garante uma abordagem especializada no cuidado à saúde das pessoas com autismo, envolve profissionais como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e outros para atender todas as necessidades dessa população, incluindo o acesso a medicamentos e tratamentos específicos que possam ajudar a tratar condições associadas ao autismo, como ansiedade, hiperatividade e problemas sensoriais.

Entender que a condição do transtorno não pode impedir que o indivíduo goze amplamente de seus direitos é essencial para garantir que não sejam praticadas injustiças como a discriminação e a estigmatização dos autistas. Ato que os distanciem da vivência plena em sociedade devem ser erradicados para que seja garantido seu direito à dignidade humana. Outro

---

⁸ BRASÍLIA. Assembleia Nacional Constituinte. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 abr. 2024.

artigo relevante que aborda sobre o tema da saúde, é o artigo 196 da CRFB/88, que busca o acesso para todos e de forma igualitária, prevê em seu caput o seguinte texto:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.⁹

É justo que o Estado seja cobrado para que se promova políticas públicas a fim de que sejam atendidas as demandas dos indivíduos com TEA, e que essas políticas alcancem as necessidades individuais como um todo, englobando todos os desafios que os autistas enfrentam decorrentes desta condição, garantindo oportunidades justas e inclusão plena em sociedade.

No que tange a educação especializada para esse grupo, a Constituição Federal de 1988 também prevê a educação como um direito de todos e uma obrigação do Estado e da família;

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.¹⁰

Deve-se garantir o ingresso ao ensino, seja ele público ou particular, sendo estritamente proibido às instituições negarem a candidatura do aluno dentro do espectro autista. Mas muito além disso, para as pessoas com autismo, proteger este direito significa buscar medidas que visem a participação efetiva e por completo nos ambientes educativos. Por isso, vem se estudando formas de suporte da integração no ambiente escolar, qual atualmente entende-se crucial a presença de mediadores para garantir que a educação seja adaptada às necessidades individuais de cada autista. A função desses mediadores é facilitar a comunicação e compreender melhor as necessidades dos alunos, garantindo assim suporte emocional e comportamental, e, ainda, auxiliar na aplicação de melhores estratégias de ensino para que os indivíduos com TEA consigam acompanhar o ensino e se desenvolver. Em resumo, os mediadores desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão, no apoio ao desenvolvimento acadêmico e social e na criação de um ambiente escolar acolhedor para todos os alunos.

---

⁹ BRASÍLIA. Assembleia Nacional Constituinte. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 abr. 2024.

¹⁰ BRASÍLIA. Assembleia Nacional Constituinte. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 abr. 2024.

Como já falado, uma das principais legislações do Brasil que aborda esse tema com prioridade, é a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (Lei 13.146/2015), que reconhece o direito das pessoas com autismo de receberem uma educação inclusiva e eficaz para todos os alunos, independentemente de suas condições.

A educação inclusiva para pessoas com autismo deve sempre levar em consideração suas necessidades específicas, como a comunicação alternativa, o uso de recursos visuais, as adaptações ao ambiente físico e a formação de profissionais especializados para abordar as características próprias do transtorno.

Por fim, a colaboração entre escolas, famílias e profissionais de saúde é importante para garantir que sejam fornecidos os apoios necessários ao desenvolvimento dos alunos com autismo. A educação das pessoas com autismo deve ser de qualidade, respeitando sua individualidade e promovendo o seu desenvolvimento social e emocional. A inclusão destes indivíduos em ambientes educativos não é apenas um direito fundamental, mas também um passo importante na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

3 A (DES)PROTEÇÃO JURÍDICA DOS INDIVÍDUOS

Na prática, as pessoas com autismo enfrentam frequentemente desafios significativos para ter acesso aos seus direitos básicos, tais como serviços de saúde e educação, devido a uma variedade de fatores que influenciam diretamente a fruição desses direitos pelos indivíduos no TEA.

Antes da criação das normas específicas, o que comumente ocorria era a exclusão do autista do convívio social, por exemplo: negativa de atendimento nos postos de saúde públicos e particulares sob a alegação de não possuírem médicos especializados para o tratamento dos problemas ocasionados pela condição ou a recusa da matrícula escolar de aluno autista com a justificativa de que a instituição não possuía infraestrutura adequada para recebê-los. Inúmeras recusas que se pautavam na ausência de obrigatoriedade normativa e falta de mão de obra especializada.

No âmbito escolar, entende-se que o obstáculo para atender as necessidades dos autistas reflete no grande óbice que essa condição cria nesses indivíduos quanto à comunicação e interação social, havendo uma dificuldade de expressão de suas necessidades. Seus problemas com a hipersensibilidade sensorial, vão além do que pessoas fora do espectro experimentam, como extremo incomodo com luzes fortes, ruídos altos e texturas desconfortáveis, todas essas coisas podem provocar crises de ansiedades nas pessoas com TEA e criar um verdadeiro desafio nos ambientes educacionais, que os impede de ter uma participação ampla no ambiente escolar.

A fim de impedir que sejam excluídos e garantido o direito a educação desses indivíduos, fez-se necessário a criação de normas que agem de maneira complementar para confirmar a eficácia dos direitos das pessoas com autismo. Normas que além de impedir a recusa da matrícula escolar, prevê sanção civil para aqueles que insistirem em cometer esse ilícito, e ainda, que obrigam a presença da figura do profissional mediador dentro da sala de aula.

Art.3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

IV - o acesso:

à educação e ao ensino profissionalizante;

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.¹¹

Como exemplificação do caso ora discorrido, pode-se observar a reportagem a seguir:

Alunos com deficiência, e outras condições diversas, e que precisam de mediadores em escolas públicas tanto do Estado quanto das do município do Rio, sofrem com a falta de profissionais para auxiliar em uma das áreas mais importantes da vida: a educação.¹²

A falta de um olhar voltado para esse grupo de pessoas e suas necessidades tanto pelos profissionais de saúde quanto pelos profissionais de educação, podem causar diversas consequências negativas, levando a tratamentos ineficazes e a ambientes educacionais não inclusivos, atrapalhando o desenvolvimento social desses cidadãos.

A figura do profissional mediador trata-se de alguém com formação em educação e/ou alguma área que trabalhe a saúde da mente humana, uma inovação legislativa que determina sua necessidade dentro da sala de aula para melhor adequação e entendimento do aluno autista, ele terá a função de transmitir de maneira facilitada o que o professor está lecionando à turma, bem como facilitar a interação e comunicação do autista com os demais alunos. Este trabalho deve ser feito de maneira totalmente individual, não podendo o mediador concentrar seus esforços em mais de 1 criança portadora do espectro autista. Importante pontuar que quando

---

¹¹ BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 27 dez. 2012. **Presidência da República Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 24 abr. 2024.

¹² **VOZ DAS COMUNIDADES: Alunos sofrem com falta de mediadores nas escolas públicas do Rio**. [S.L.], 29 abr. 2023. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/alunos-sofrem-com-falta-de-mediadores-nas-escolas-publicas-do-rio/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

tratar-se de escola particular, esta será obrigada a disponibilizar o profissional mediador sem nenhum custo adicional na matrícula do aluno em questão.

Este certamente é um avanço, ainda recente e infelizmente ainda não respeitado por todas as instituições de ensino particulares ou públicas. Acredita-se que este cenário só mudará após expressivos números de ações provocadas no âmbito do judiciário, quando então o poder legislativo empregar sanções mais ferozes para os que persistirem em não seguir os ditames legais.

Quando se trata dos direitos básicos das pessoas portadoras do espectro autista, na esfera da saúde, os cenários da vida prática lamentavelmente não são muito diferentes do que se presencia na área da educação. Os serviços de saúde pública ou suplementar encobrem seu preconceito e ineficiência com um discurso na falta de mão de obra especializada e recursos financeiros insuficientes para arcar com os custos dos tratamentos das pessoas com TEA.

Especialmente quando se refere a saúde dos indivíduos no TEA, seus direitos de saúde básica vão muito além de apenas terem um atendimento emergencial em uma situação de saúde física específica.

A saúde básica trata-se de ter o direito aos tratamentos de terapias especializadas que lhes ofereçam qualidade de vida e aprendizados cruciais para a sua sobrevivência e convívio em sociedade.

Atualmente, não existe nenhum projeto ou política pública que ofereça os tratamentos de forma gratuita e eficiente, o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) por exemplo, em muitas localidades atendem os indivíduos portadores de autismo uma vez na semana durante 30 minutos em uma consulta coletiva, o que obviamente não atende nem 1% de suas necessidades.

Aquele grupo que não consegue pagar um plano de saúde e precisa recorrer ao SUS, encontra grande dificuldade e barreiras, pois acabam se deparando com o desrespeito e a falta de profissionais capacitados para atender, como podemos ver nessa reportagem do G1;

Se conseguir as terapias especializadas pelo plano de saúde está cada vez mais difícil, para quem depende do SUS, o Sistema Único de Saúde, a situação é ainda mais difícil. Faby Almeida, moradora de Irajá, na Zona Norte do Rio, é mãe de Theo, de 5 anos, autista nível 2, e não tem conseguido atendimento para o menino. "Hoje, o Theo está sem terapia e tem regredido desde então. Ele fazia pelo SUS, na ABBR, mas infelizmente perdeu o direito de continuar o tratamento lá. Com a renovação do contrato da prefeitura com a clínica, eles tiraram o autismo da listagem de atendimento. Nos deram encaminhamento para o Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência Irajá, mas infelizmente eles não têm vaga", afirma ela.¹³

---

¹³ G1: 'Revolta', medo', 'cansaço': mães atípicas relatam dificuldade para garantir tratamento dos filhos. Rio de Janeiro, 21 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/21/revolta-medo-cansaco-maes-atipicas-relatam-dificuldade-para-garantir-tratamento-dos-filhos.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2024.

Por não encontrarem amparo no sistema público, uma parcela mínima que tem algum poder aquisitivo, tentam recorrer para os planos de saúde particulares, os quais também estão impondo diversos empecilhos, para de forma claramente discriminatória, não atender, sob a alegação de não possuírem recursos financeiros para arcar com a quantidade e frequência de tratamento e especialistas que os autistas necessitam.

Existe um movimento demasiadamente negativo no setor de saúde suplementar, que vem pouco a pouco fechando as portas das operadoras de saúde para esse grupo de pessoas, como pode-se ver nessa audiência pública, que ocorreu no dia 18/04/2024:

William Boteri, reclamou que os planos de saúde não estão dando apoio para resolver esse problema. "Alguns planos impõem restrições, como limites para sessões, o que dificulta o atendimento adequado. Nesses casos, os beneficiários precisam procurar seu direito na Justiça, recorrer à ANS, ao Procon, ao Ministério Público e outros", relatou. "É um desgaste desnecessário", criticou.¹⁴

Os relatos negativos da vida prática são inúmeros, por isso é tão importante colocar em pauta essa discussão e ter como uma missão na sociedade ultrapassar estas dificuldades, sensibilizando e conscientizando a todos para que se possa voltar o olhar para o movimento de integração social, investindo principalmente na formação de profissionais de saúde e educação, garantindo ambientes inclusivos e acessíveis para prestar o apoio devido e contínuo aos indivíduos com TEA e às suas famílias.

4 JURISPRUDÊNCIA

Como demonstrado anteriormente, embora as pessoas com TEA tenham seus direitos protegidos no âmbito legislativo, na prática, encontra-se outra realidade, pois não existe qualquer facilidade em conseguir alcançar esses direitos fundamentais. Além de todas as reportagens e debates já apresentados, elucida-se de forma mais concreta através das jurisprudências que vêm sendo firmadas no judiciário brasileiro.

No site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em julgamentos recentes que ocorreram no ano de 2024, podemos observar que sua grande maioria, tem sido favorável ao deferimento e garantia dos direitos fundamentais, principalmente o direito a saúde, das pessoas do TEA, como o exemplo a seguir:

---

¹⁴ **CÂMARA DOS DEPUTADOS: Debatedores apontam problemas na cobertura dos planos de saúde para atendimento ao autista** Fonte: Agência Câmara de Notícias. [S.L.], 18 abr. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1053881-debatedores-apontam-problemas-na-cobertura-dos-planos-de-saude-para-atendimento-ao-autista>. Acesso em: 22 abr. 2024.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA. AUTOR QUE APRESENTA QUADRO DE TEA – AUTISMO - E NECESSITA DE TRATAMENTO MULTIDISCIPLINAR, NA FORMA PRESCRITA NO LAUDO MÉDICO. INSURGÊNCIA DA PARTE RÉ. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA TUTELA ANTECIPADA. DECISÃO AGRAVADA QUE SE MANTÉM. ACOLHIMENTO DO PARECER MINISTERIAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Relator: DES. CARLOS AZEREDO DE ARAÚJO. Data de Julgamento: 25/04/2024 - Data de Publicação: 26/04/2024.¹⁵

Trata-se de um agravo de instrumento, onde o agravante busca modificar uma decisão que determinou que a ré (Sul América Companhia de Seguro Saúde) tenha que disponibilizar tratamento para o portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA), Carlos Noah Barros Figueira, arcando com todos os custos dos procedimentos indicados no laudo médico. O relator do caso, Desembargador Carlos Azeredo de Araújo, acredita que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) deve aplicar-se à relação contratual entre as partes em favor do consumidor, especialmente quando se trata do direito à vida e à saúde. Ele destaca que cláusulas que coloquem o consumidor em desvantagem são consideradas abusivas e nulas. O Relator também enfatizou a aplicação de requisitos urgentes de proteção, destacando a possibilidade de direitos e o risco de danos irreparáveis. Concluiu que a decisão do recurso deve ser mantida porque o autor do caso faz parte do TEA e exigiu liberação para o tratamento solicitado. Votou, portanto, pela rejeição do recurso, mantendo integralmente a decisão anterior.

Como já falado anteriormente essas negativas ao acesso do tratamento de pessoas com TEA ocorrem rotineiramente, e seus responsáveis precisam acionar a justiça para ter acesso aos seus tratamentos específicos, como podemos ver em mais um exemplo relativo ao direito fundamental a saúde:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUTISMO. MENOR COM 6 ANOS DE IDADE. NEGATIVA ADMINISTRATIVA DA OPERADORA DE SAÚDE À PRESTAÇÃO DO TRATAMENTO PRESCRITO PELO MÉDICO ASSISTENTE. DECISÃO AGRAVADA PROFERIDA EM SEDE DE TUTELA DE URGÊNCIA. DETERMINAÇÃO DE FORNECIMENTO/CUSTEIO DO TRATAMENTO MULTIDISCIPLINAR NOS TERMOS DO LAUDO MÉDICO. IRRESIGNAÇÃO DA OPERADORA DE SAÚDE SOB ALEGAÇÃO DE INEXISTIR LEGISLAÇÃO PREVENDO TAL OBRIGATORIEDADE. DESCABIMENTO. IN CASU, EM SEDE DE COGNIÇÃO SUMÁRIA, VERIFICA-SE A PRESENÇA DOS

---

¹⁵ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Décima Quarta Câmara do Direito Privado. Agravo de Instrumento – Processo n.º 0088716-95.2023.8.19.0000. **Agravo de Instrumento. Plano de Saúde. Obrigação de Fazer c/c Tutela de Urgência Antecipada. Autor que apresenta quadro de TEA – Autismo - e necessita de Tratamento Multidisciplinar, na forma prescrita no laudo médico. Insurgência da parte Ré. preenchimento dos requisitos autorizadores da Tutela Antecipada.** Sul América Companhia de Seguro Saúde. Carlos Noah Barros Figueira Rep/P/S/Mãe Priscila Figueiredo de Barros Figueira. Relator: Des(a). Carlos Azeredo de Araújo. Data da decisão: 25 de março de 2024. Disponível em: <https://www3.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=000481460494EAE49EF4432F8B989B8E3567C516422A3720>. Acesso em: 29 abr. 2024.

REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA. LAUDO MÉDICO CARREADO AOS AUTOS. PROBABILIDADE DO DIREITO COMPROVADA. NECESSIDADE URGENTE E IMEDIATA DO TRATAMENTO PRESCRITO PELO MÉDICO ACOMPANHANTE. PERIGO DA DEMORA QUE PÕE EM RISCO A SAÚDE DO AGRAVADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 210 DO E.T.J.R.J. RECENTES JULGADOS DO S.T.J., POSICIONANDO-SE PELA ABUSIVIDADE DA CONDUTA DE NÃO COBERTURA DA INTEGRALIDADE DAS TERAPIAS DESTINADAS A TRATAR O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (T.E.A.), AINDA QUE NÃO INCLUÍDAS NO ROL DA A.N.S. INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA NA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE MOTIVOS PARA SUA REFORMA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 59, DO E.T.J.R.J. ASTREINTES FIXADAS DE ACORDO COM AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO, EM RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, BEM COMO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE ESTADUAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Data de Julgamento: 25/04/2024 - Data de Publicação: 29/04/2024.¹⁶

Observa-se nos dois casos acima demonstrados a semelhança, onde em ambos os casos concretos as decisões foram favoráveis ao tratamento do TEA, buscando sempre o máximo de urgência para que nenhuma demora venha ocasionar prejuízo.

Também não é muito diferente quando nos deparamos com a necessidade especial de ter uma mediadora na escola e de todo o cuidado especializado que o TEA precisa, como demonstra o caso concreto a respeito do direito fundamental à educação:

APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA (INDEX 247) QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A RÉ AO PAGAMENTO DE R\$20.000,00 DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO DA DEMANDADA AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. Cuida-se de demanda na qual infante, representado pela genitora, reclamou ter procurado instituição particular de ensino para realizar matrícula, todavia, ao informar que se tratava de criança com transtorno do espectro autista, teria recebido informação de que não havia vagas.¹⁷

O caso concreto acima aborda uma apelação cível, onde uma escola particular é condenada a pagar uma indenização por danos morais no valor de R\$20.000,00. A ação foi movida pela representante legal, a mãe de RICHARD CHAGAS DA HORA, que é uma criança

¹⁶ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Vigésima Primeira Câmara Do Direito Privado. Agravo de Instrumento – Processo n.º 0094924-95.2023.8.19.0000. **Agravo de Instrumento. Autismo. Menor com 6 anos de idade. Negativa administrativa da operadora de saúde à prestação do tratamento prescrito pelo médico assistente. Decisão Agravada proferida em sede de Tutela de Urgência.** Amil Assistência Médica Internacional S.A. Arthur Salustiano Da Silva, Rep/P/S Mãe Karine Batista Da Silva Rosa E Thiago Salustiano. Relator: Des(a). Mafalda Lucchese. Data da decisão: 25 de março de 2024. Disponível Em: <https://www3.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004535821EA6CBAE0F9FA72E8E989F86617C51643330C4C> Acesso em: 29 abr. 2024.

¹⁷ BRASIL. Décima Sétima Câmara de Direito Privado. **Apelação Cível nº 0018446-68.2019.8.19.0038. Danos Morais.** Instituto Educacional Jomaver. Richard Chagas Da Hora Rep/P/S/Mae Mônica Silva Chagas. Relator: Arthur Narciso. Rio de Janeiro, RJ, Data da Decisão 14 de março de 2024. RJ. Disponível em: <https://www3.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=00049E458EFD6BD7FE226D15BEAA0F64397FC51627431257>. Acesso em: 29 abr. 2024.

com transtorno do espectro autista (TEA), que sofreu capacitismo (discriminação por motivo de deficiência) pela instituição escolar ao tentar realizar sua matrícula.

Inicialmente, o processo já foi julgado procedente, baseado no Código de Proteção e de Defesa do Consumidor, foi informado também a obrigação das escolas em aceitar e matricular as pessoas com deficiência, conforme previsto na Lei 12.764/2012. A instituição citada, foi acusada por não aceitar a matrícula, sem ao menos dar uma justificativa razoável ou legal.

O relator, Desembargador Arthur Narciso, negou provimento a apelação da escola, destacando a falta de comprovação por parte da escola de que não havia vaga disponível. E ainda considerou que a instituição não seguiu os direitos da criança, em especial o direito à educação e convivência. Considerou o valor da indenização razoável e proporcional à gravidade da situação.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o meio de convívio atual da sociedade é deficiente e não promove a participação ampla das diferentes pessoas e suas necessidades pessoais. Apesar do sistema jurídico brasileiro ter evoluído quanto a elaboração de leis próprias para o atendimento ao Direito das pessoas com deficiência, incluindo os portadores do espectro autista, é necessário que de maneira mais eficaz esses direitos sejam efetivados na vida prática e não gerem uma sobrecarga do sistema judiciário, trazendo punições adequadas aqueles que desrespeitem as determinações legais, bem como, sendo primordial que os governantes elaborem e propaguem cada vez mais políticas públicas inteligentes e planos eficientes para oferecer acesso a tratamentos especializados, terapias e educação inclusiva, adaptada às necessidades individuais de cada pessoa autista para a inclusão desse grupo social em todo âmbito da vida civil, pois apesar das proteções legais, muitas pessoas com TEA ainda enfrentam desafios consideráveis para acessar seus direitos básicos.

A jurisprudência, como demonstrado, tem sido favorável em muitos casos, reconhecendo a necessidade urgente de tratamentos e apoio especializado para pessoas com TEA e impondo sanções àqueles que negam esses direitos.

Ainda não se sabe qual seria o motivo pelo qual as instituições têm de se sentirem tão à vontade em transgredir a lei, ocasionando que as pessoas portadoras de necessidades especiais tenham que buscar o judiciário para que seus direitos sejam validados efetivamente.

Para garantir uma comunidade nacional verdadeiramente inclusiva, é necessário eliminar as barreiras da sociedade e sensibilizá-la, para investir na formação de profissionais de saúde e educação, e garantir ambientes acessíveis e inclusivos.

Ainda, com tantas barreiras a serem enfrentadas, diante da dificuldade que os portadores do espectro autista encontram para viver minimamente em sociedade, a proteção jurídica é essencial para assegurar que os direitos dos indivíduos portadores de autismo sejam respeitados e que eles tenham oportunidades justas de viver com dignidade e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Presidência da República Casa Civil**: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República-Secretaria-Geral**: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. Acesso em: 28 mar. 2024

BRASIL. Lei nº 13.977, de 08 de janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), e dá outras providências. **Presidência da República Secretaria-Geral**: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. Acesso em: 28 mar. 2024

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Décima Quarta Câmara do Direito Privado. Agravo de Instrumento – Processo n.º 0088716-95.2023.8.19.0000. **Agravo de Instrumento. Plano de Saúde. Obrigação de Fazer c/c Tutela de Urgência Antecipada. Autor que apresenta quadro de TEA – Autismo - e necessita de Tratamento Multidisciplinar, na forma prescrita no laudo médico. Insurgência da parte Ré. preenchimento dos requisitos autorizadores da Tutela Antecipada.** Sul América Companhia de Seguro Saúde. Carlos Noah Barros Figueira Rep/P/S/Mãe Priscila Figueiredo de Barros Figueira. Relator: Des(a). Carlos Azeredo de Araújo. Data da decisão: 25 de março de 2024. Disponível em: <https://www3.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=000481460494EAE49EF4432F8B989B8E3567C516422A3720>. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Vigésima Primeira Câmara Do Direito Privado. Agravo de Instrumento – Processo n.º 0094924-95.2023.8.19.0000. **Agravo de Instrumento. Autismo. Menor com 6 anos de idade. Negativa administrativa da operadora de saúde à prestação do tratamento prescrito pelo médico assistente. Decisão Agravada proferida em sede de Tutela de Urgência.** Amil Assistência Médica Internacional S.A. Arthur Salustiano Da Silva, Rep/P/S Mãe Karine Batista Da Silva Rosa E Thiago Salustiano. Relator: Des(a). Mafalda Lucchese. Data da decisão: 25 de março de 2024. Disponível Em: <https://www3.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004535821EA6CBAE0F9FA72E8E989F86617C51643330C4C> Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Décima Sétima Câmara de Direito Privado. **Apelação Cível nº 0018446-68.2019.8.19.0038. Danos Morais.** Instituto Educacional Jomaver. Richard Chagas Da Hora Rep/P/S/Mae Mônica Silva Chagas. Relator: Arthur Narciso. Rio de Janeiro, RJ, Data da Decisão 14 de março de 2024. RJ. Disponível em:

<https://www3.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=00049E458EFD6BD7FE226D15BEAA0F64397FC51627431257>. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASÍLIA. Assembleia Nacional Constituinte. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 abr. 2024.

BOUGEARD C. et al. **Prevalence of Autism Spectrum Disorder and Co-morbidities in Children and Adolescents: A Systematic Literature Review**. Front Psychiatry. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34777048/>. Acesso em: 06 mai. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS: Debatedores apontam problemas na cobertura dos planos de saúde para atendimento ao autista Fonte: Agência Câmara de Notícias. [S.L.], 18 abril de 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1053881-debatedores-apontam-problemas-na-cobertura-dos-planos-de-saude-para-atendimento-ao-autista>. Acesso em: 22 abr. 2024.

G1: 'Revolta', medo', 'cansaço': mães atípicas relatam dificuldade para garantir tratamento dos filhos. Rio de Janeiro, 21 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/21/revolta-medo-cansaco-maes-atipicas-relatam-dificuldade-para-garantir-tratamento-dos-filhos.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2024.

G1: Menino com autismo sofre bullying e é rabiscado nos braços, testa e nuca em escola no litoral de SP. São Paulo, 23 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/sp/santos-regiao/educacao/noticia/2024/03/23/menino-com-autismo-sofre-bullying-e-e-rabiscado-com-palavras-preconceituosas-em-escola-no-litoral-de-sp.ghtml>. Acesso em: 03 mai. 2024.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular: entenda o autismo**. [S. L.]: Fontanar, 2012. 131 p. Acesso em: 03 mar. 2024.

VOZ DAS COMUNIDADES: Alunos sofrem com falta de mediadores nas escolas públicas do Rio. [S.L.], 29 abr. 2023. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/alunos-sofrem-com-falta-de-mediadores-nas-escolas-publicas-do-rio/>. Acesso em: 22 abr. 2024.